

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA  
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

# I REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

---

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2007-2013  
RELATÓRIO DE ANÁLISE CRÍTICA - 2009

BELÉM (PA)  
MARÇO / 2010

# I REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2007-2013  
RELATÓRIO DE ANÁLISE CRÍTICA - 2009

ELABORAÇÃO:

Secretaria Geral da Presidência  
Assessoria de Planejamento e Gestão

## **SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO

1. INSTRUÇÕES

2. TENDÊNCIAS EXTERNAS

3. VISÃO GERAL DO MAPA ESTRATÉGICO

4. ANÁLISE DE DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA

5. SITUAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO BSC

## INTRODUÇÃO

A *Reunião de Análise da Estratégia* (RAE) tem como principal objetivo acompanhar a implementação da estratégia através do monitoramento dos indicadores, metas e iniciativas constantes do Planejamento Institucional.

Dada a importância desse instrumento de gestão para o acompanhamento dos resultados do planejamento, dispõe o art. 5º, da Resolução n.º 70/2009, do CNJ:

*"Art. 5º Os tribunais promoverão **Reuniões de Análise da Estratégia - RAE trimestrais** para acompanhamento dos resultados das metas fixadas, oportunidade em que poderão promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho (grifamos).*

Mais do que cumprir uma norma do CNJ, a realização desta I REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA objetiva implementar uma nova metodologia de reunião focada na execução da estratégia, diferenciando-se das tradicionais reuniões de análise operacional (execução do orçamento, ações de informática etc).

Nesse sentido, este RELATÓRIO DE ANÁLISE CRÍTICA apresenta o desempenho dos indicadores, metas e iniciativas constantes do Planejamento Estratégico Institucional no ano de 2009.

# 1 INSTRUÇÕES

## 1.1 INSTRUÇÕES GERAIS

Você está recebendo o *Relatório de Análise Crítica* que avalia o desempenho do Planejamento Estratégico Institucional no ano de 2009.

O objetivo deste relatório é fornecer-lhe insumos para que você possa se preparar de forma adequada para a *Reunião de Análise da Estratégia* (RAE).

Como utilizar este Relatório:

1) Antes de mais nada, invista pelo menos 2 horas na análise das informações aqui presentes.

2) Sempre inicie sua preparação pela visão geral do *mapa estratégico*, procure entender as relações de causa e efeito entre os objetivos e indicadores independente da sua área de atuação. Lembre-se: “a estratégia é tarefa de todos”.

3) Procure analisar os objetivos através dos *temas* do mapa, pois eles são os “pilares da estratégia” e possibilitam uma análise mais focada.

4) Analise detalhadamente o comportamento dos indicadores, sobretudo aqueles que você, como coordenador de tema ou gestor de iniciativa, tem maior contribuição. Atenção: este é um bom momento para você discutir com sua equipe, aumentando a compreensão da estratégia e já propondo ações para indicadores com desempenho abaixo do esperado.

5) Acrescente as *iniciativas estratégicas* à sua análise, verificando seu *status* de realização e o impacto nos objetivos estratégicos.

6) Procure consolidar o trabalho resumindo a análise de desempenho da execução da estratégia (objetivos, indicadores e iniciativas) e as recomendações para possíveis melhorias.

Boa preparação e excelente reunião!

---

## 1.2 INSTRUÇÕES PARA ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

---

**PASSO 1:** Selecione os objetivos que precisam de atenção para que sejam analisados ( )●●

**PASSO 2:** Com sua equipe (coordenador de tema e gestores de iniciativas), analise:

- Quais foram os aspectos (internos e externos) que influenciaram no resultado do objetivo?
- De que maneira este resultado impacta os demais objetivos do mapa estratégico?

**PASSO 3:** Analise os seguintes aspectos:

- As relações de causa e efeito entre os objetivos estratégicos do mapa estão coerentes?
- Os indicadores relacionados a este objetivo estão sendo calculados de maneira correta?
- As metas a serem alcançadas estão adequadas?
- A iniciativa associada a este objetivo está ocorrendo conforme o previsto?

**PASSO 4:**

- Qual a tendência desse objetivo para 2010?
- Quais as recomendações da equipe para que o desempenho melhore?
  - Nova iniciativa ou redirecionamento/atualização de iniciativa existente;
  - Revisão das metas dos indicadores;
  - Revisão da fórmula de cálculo dos indicadores sob sua supervisão;

- Revisão das relações de causa e efeito entre objetivos estratégicos.

***LEMBRE-SE:***

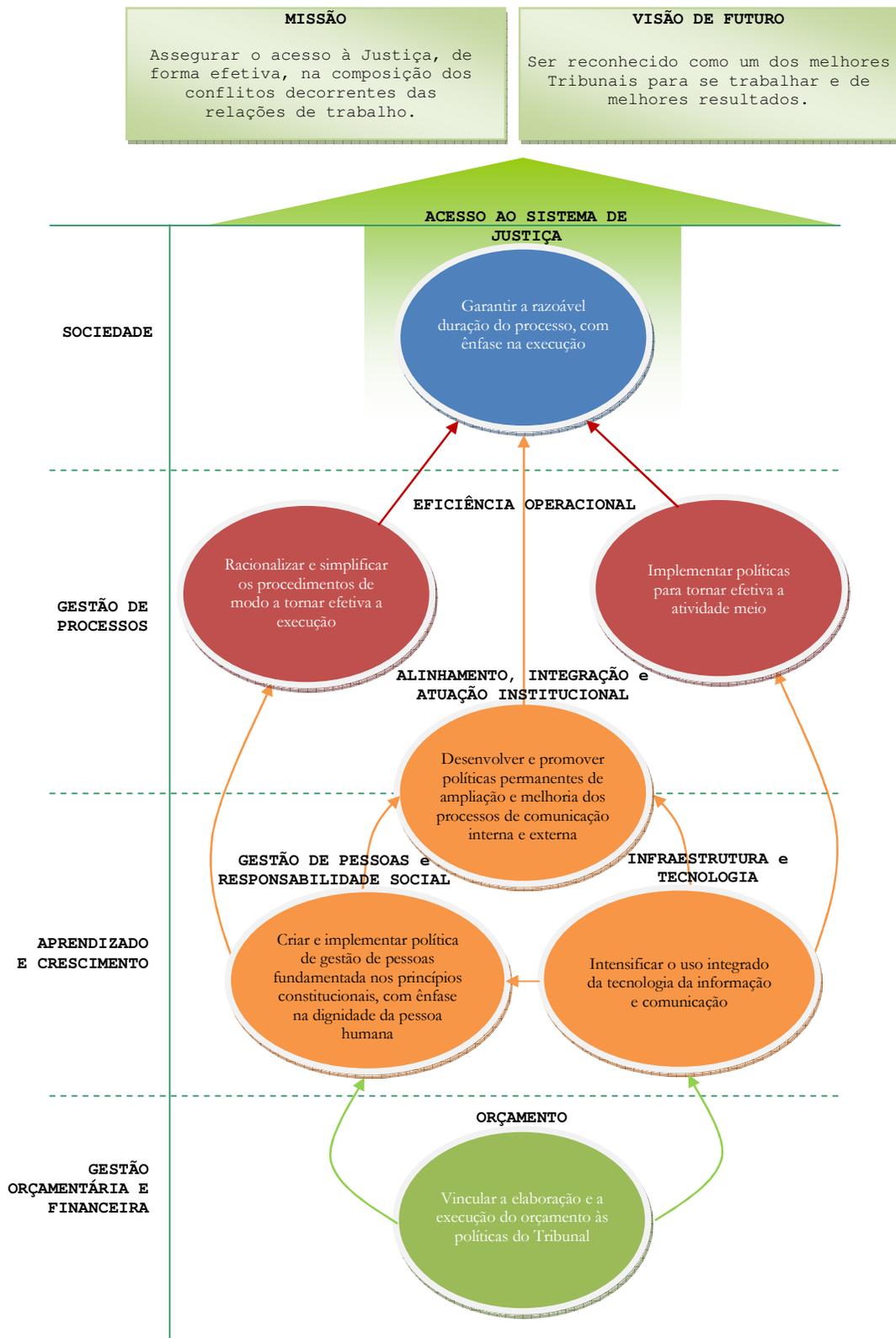
- 1. Os objetivos do mapa estratégico são de responsabilidade de todos.*
- 2. É importante analisar de que maneira podemos fazer melhor para alcançarmos os objetivos do Planejamento Estratégico.*



### 3 TENDÊNCIAS EXTERNAS

CENÁRIO DE 2009	CENÁRIO DE 2010
<p><b>Metas Nacionais de Nivelamento 2009 (Resolução CNJ n.º 70/2009)</b> O TRT8 cumpriu 8 das 10 metas nacionais de nivelamento. Ficaram pendentes para 2010:</p> <p><b>Meta 6:</b> Capacitação de todos os gestores das unidades judiciárias em gestão de processos e gestão de pessoas;</p> <p><b>Meta 7:</b> Implementação do processo judicial eletrônico em parcela de suas unidades.</p> <p><b>Resolução CNJ n.º 99/2009 (Planejamento Estratégico de TIC)</b> - Abrangência mínima de 5 anos. Deve ser aprovado pelo Pleno até 31.03.2010</p>	<p><b>Meta 1:</b> Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal;</p> <p><b>Meta 2:</b> Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007;</p> <p><b>Meta 3:</b> Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009);</p> <p><b>Meta 4:</b> Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento;</p> <p><b>Meta 5:</b> Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau;</p> <p><b>Meta 6:</b> Reduzir em pelo menos 2% o consumo per capita (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência: 2009);</p> <p><b>Meta 7:</b> Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência;</p> <p><b>Meta 8:</b> Promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, priorizando-se o ensino à distância;</p> <p><b>Meta 9:</b> Ampliar para 2 Mbps a velocidade dos links entre o Tribunal e 100% das unidades judiciárias instaladas na capital e, no mínimo, 20% das unidades do interior;</p> <p><b>Meta 10:</b> Realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário, inclusive cartas precatórias e de ordem.</p> <p>Além dessas metas, serão estratégicas as seguintes ações:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Plano de ação para os tribunais que ainda não cumpriram as Metas de Nivelamento de 2009;</li><li>2. Ano da Justiça Criminal, com ações para reduzir a zero o número de presos em delegacias, entre outros objetivos;</li><li>3. Publicação dos maiores litigantes;</li><li>4. Implantação de juizados especiais da fazenda pública;</li><li>5. Criação de centro de capacitação de servidores.</li></ol>

### 3 VISÃO GERAL DO MAPA ESTRATÉGICO



### 3.1 CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE DESEMPENHO

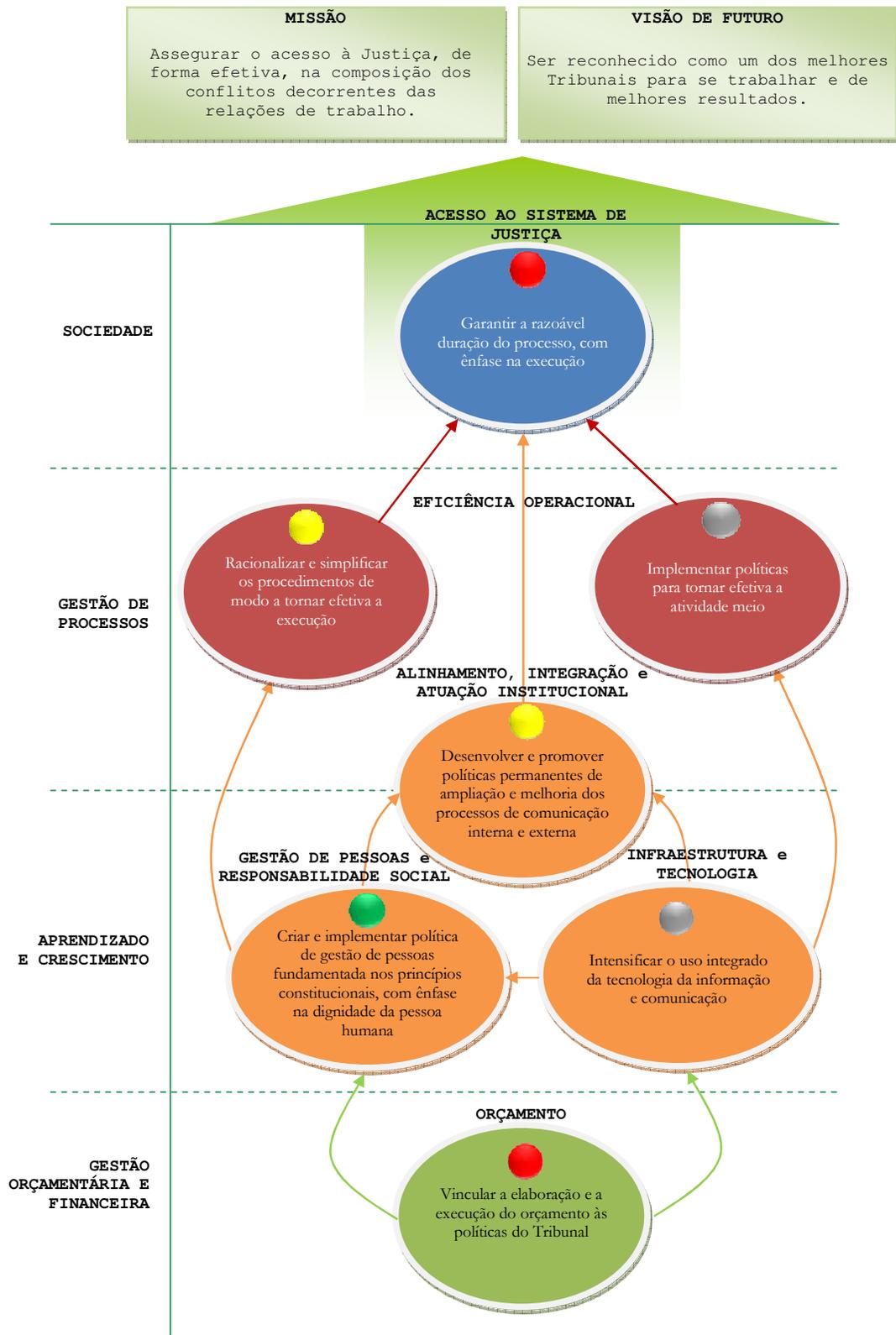
DESEMPENHO DOS INDICADORES	
	Maior ou igual a 90% de alcance da meta
	Entre 60% e 90% de alcance da meta
	Menor que 60% de alcance da meta
	Indicador não disponível
POLARIDADE DOS INDICADORES	
	Quanto maior, melhor
	Quanto menor, melhor

DESEMPENHO DOS OBJETIVOS			
Pontuação dos indicadores	Média da pontuação dos indicadores de cada objetivo		
	Resultado	Cor do objetivo	
 3 pontos	1,00 - 1,50		
 2 pontos	1,51 - 2,50		
 1 ponto	2,51 - 3,00		
 0 ponto	Indicadores não mensurados		

DESEMPENHO DAS INICIATIVAS	
	Andamento normal
	Com atrasos, não considerados críticos
	Com problemas. Necessidade de ajustes imediatos
	Iniciativa planejada ou em planejamento
	Iniciativa não iniciada



**3.2 DESEMPENHO EM 2009**



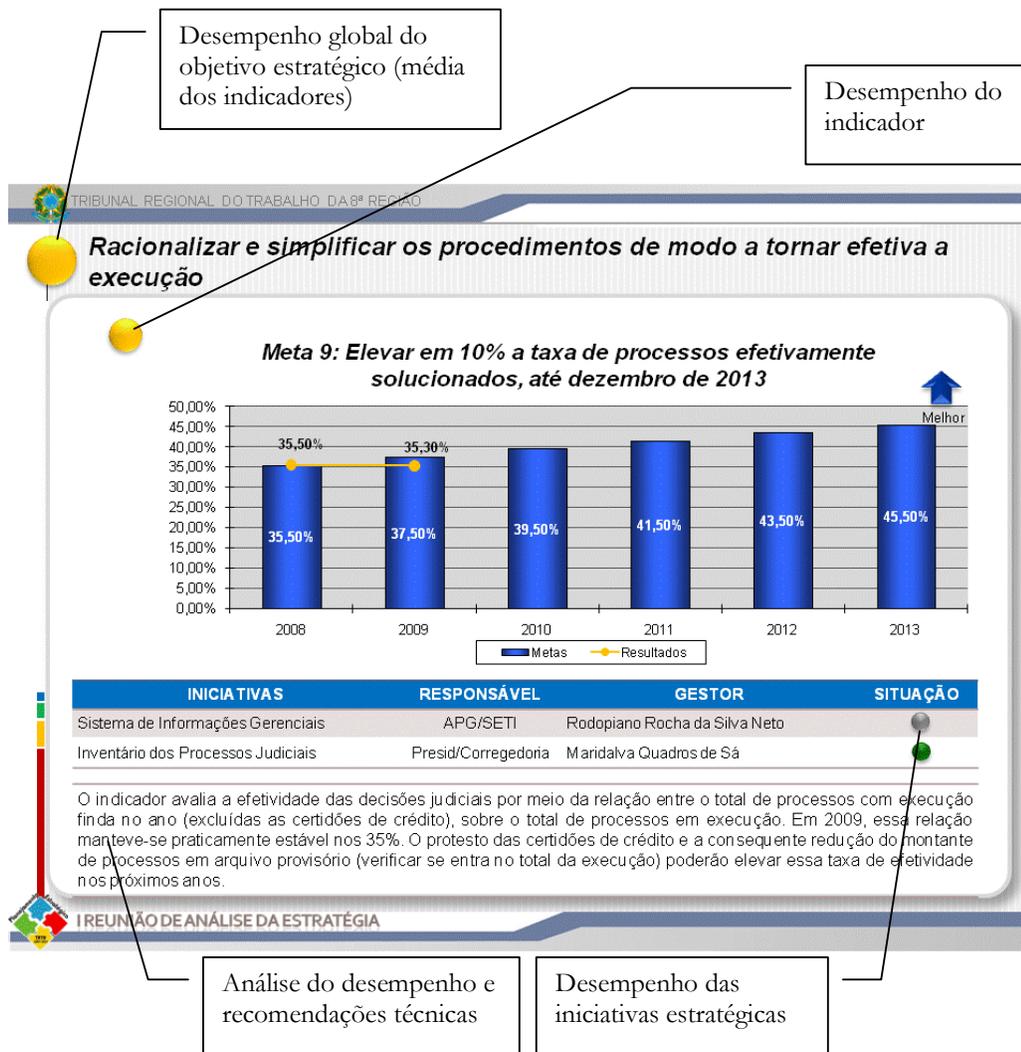


## 4 ANÁLISE DE DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA

Nesta seção, apresentamos uma análise do desempenho dos indicadores e iniciativas estratégicas no ano de 2009.

As informações estão agrupadas por perspectiva, tema e objetivo estratégico.

As análises de desempenho de cada indicador foram agrupadas de acordo com o modelo a seguir:







## ||| Perspectiva da Sociedade

### Tema:

- Acesso ao Sistema de Justiça

### Coordenador:

- Juiz Antonio Oldemar Coelho dos Santos

### Objetivo Estratégico:

- Garantir a razoável duração do processo, com ênfase na execução

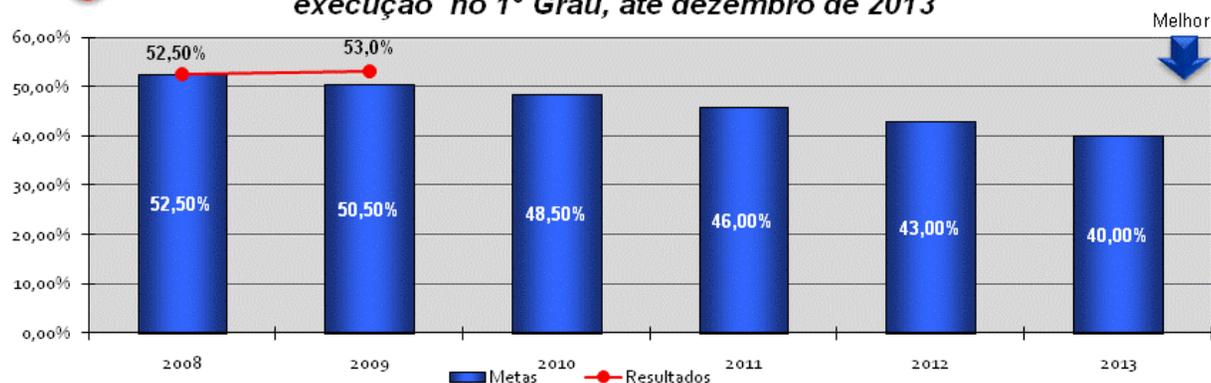




## Garantir a razoável duração do processo, com ênfase na execução



**Meta 1: Reduzir para 40% a taxa de congestionamento na fase de execução no 1º Grau, até dezembro de 2013**



INICIATIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Projeto TRT On Line	Presidência	Cristina Gemaque	●
Órgão de Apoio à Execução	Foro de Belém	Juíza Maria Zuila Lima Dutra	●
Criação de Novas Varas do Trabalho	Presidência	Des. Marcus Augusto Losada Maia	●
Leilão Eletrônico Unificado	CMB/SETI	Norberto Lavareda Santos	●

*Ao invés de cair para 50,5% (meta de 2009), o congestionamento subiu para 53%, fato que demonstra um aumento no saldo residual dos processos não solucionados. Recomenda-se um trabalho de apoio nas 22 Varas que não alcançaram a meta, assim como priorizar as iniciativas estratégicas acima elencadas, tendo em vista a meta nacional n.º 3. Também recomenda-se orientar as Varas a registrarem as execuções findas no APT sempre antes do final do final do ano.*

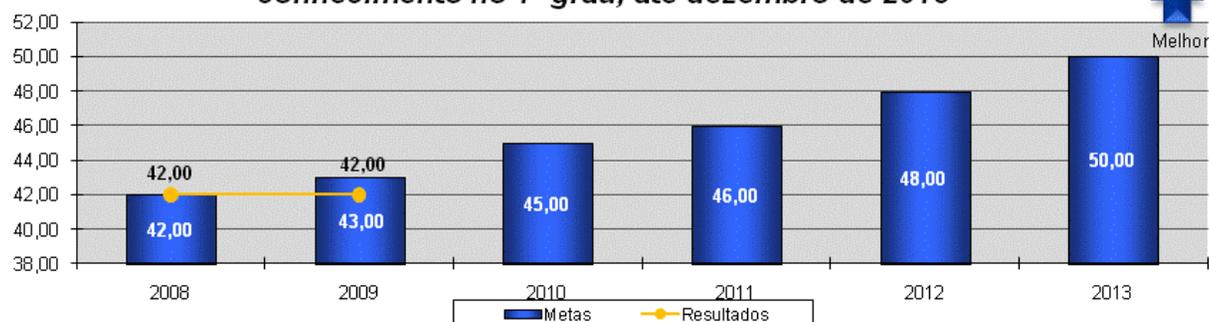




## Garantir a razoável duração do processo, com ênfase na execução



**Meta 2: Elevar para 50% o índice de conciliação na fase de conhecimento no 1º grau, até dezembro de 2013**



INICIATIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Projeto Conciliar	Comissão de Conciliação	Desa. Francisca Oliveira Formigosa	
Central de Conciliação	Presidência	Desa. Francisca Oliveira Formigosa	

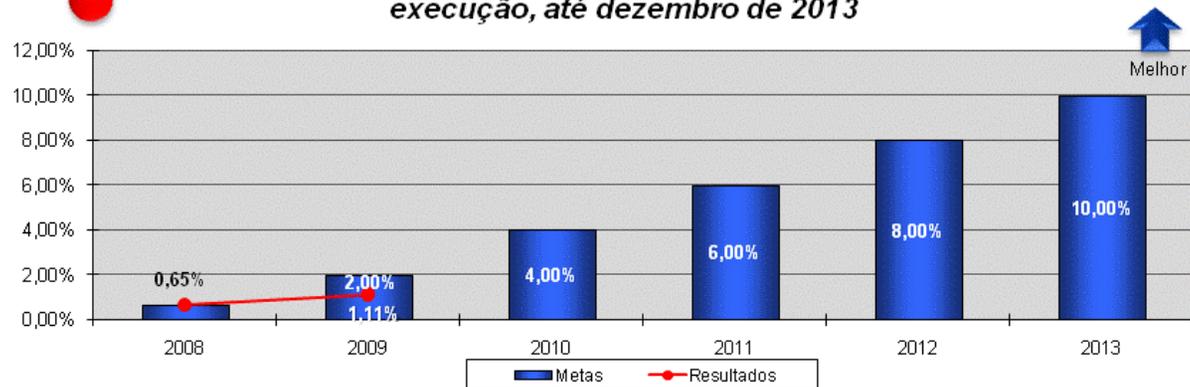
*O índice de 42% alcançado em 2008 se manteve em 2009, ficando 1% abaixo da meta estabelecida. Recomenda-se intensificar as ações do Projeto Conciliar, sobretudo nas 17 Varas que não alcançaram a meta de 43%, estabelecida para 2009.*





**Garantir a razoável duração do processo, com ênfase na execução**

**Meta 3: Elevar em 10% a taxa de conciliação da fase de execução, até dezembro de 2013**



INICIATIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Órgão de Apoio à Execução	Foro de Belém	Juíza Maria Zuíla Lima Dutra	●
Projeto Conciliar	Comissão de Conciliação	Desa. Francisca Oliveira Formigosa	●
Central de Conciliação	Presidência	Desa. Francisca Oliveira Formigosa	●
Conciliações Itinerantes de Precatórios	Comissão de Conciliação	Desa. Francisca Oliveira Formigosa	●

*Em 2009, a taxa de conciliação na execução ficou em 1,11%. Apesar de ter praticamente dobrado o índice de 2008, o valor corresponde a metade da meta estabelecida para o período (2%). Com o protesto das certidões de crédito trabalhista, a tendência é elevar a taxa de acordos na execução. Recomenda-se priorizar as iniciativas relacionadas à meta*

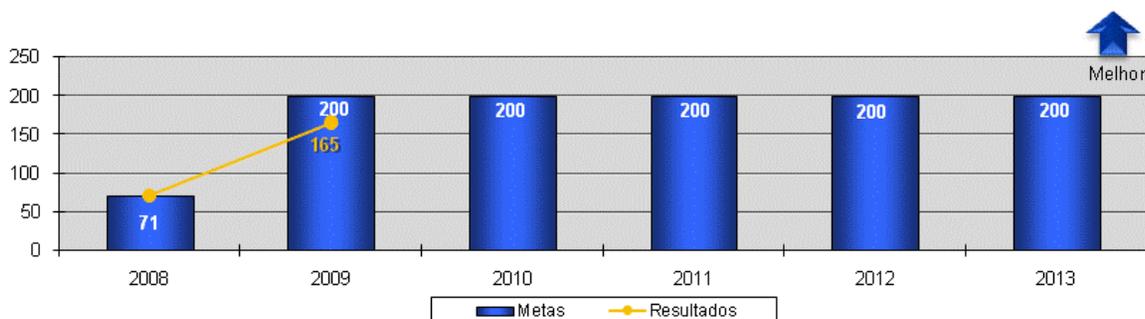




## Garantir a razoável duração do processo, com ênfase na execução



### Meta 4: Realizar 200 atividades itinerantes, em média, por ano



INICIATIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Vara Itinerante	Presid./Corregedoria	Desa. Francisca Oliveira Formigosa	●
Conciliações Itinerantes de Precatórios	Comissão de Conciliação	Desa. Francisca Oliveira Formigosa	●
Unidade Móvel da Justiça do Trabalho	Presidência	Marcolina Paiva Amoedo	●

No cálculo desse indicador, foram consideradas apenas as reclamações trabalhistas e as audiências itinerantes realizadas. Nas ações itinerantes onde houve apenas orientações trabalhistas (1ª Jomada Itinerante ao Arquipélago de Bailique e Justiça Itinerante Fluvial no Vale do Jari), foi computada apenas 01 atividade itinerante. A elevação da quantidade de atividades itinerantes de 71 (2008) para 165 (2009), demonstra que 82,5% da meta foi alcançada no período. Destaque para as audiências de precatórios realizadas no município de Capitão Poço, responsáveis por 70,3% do valor alcançado em 2009. Recomenda-se disciplinar as atividades das Varas Itinerantes com vistas a ampliar o acesso a Justiça.





## ||| Perspectiva da **Gestão de Processos**

### **Tema:**

- Eficiência Operacional

### **Coordenador:**

- Des. José Maria Quadros de Alencar

### **Objetivos Estratégicos:**

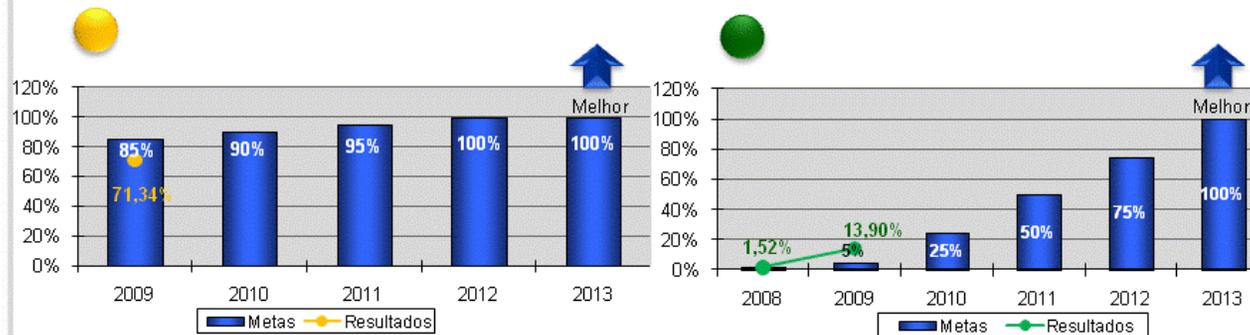
- Racionalizar e simplificar os procedimentos de modo a tornar efetiva a execução
- Implementar políticas para tornar efetiva a atividade meio





**Racionalizar e simplificar os procedimentos de modo a tornar efetiva a execução**

**Meta 5: Prolatar 100% das decisões judiciais na forma líquida até dezembro de 2013**



INICIA TIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Projeto JURISCALC	SRH/SETI	Antonio José Coelho Silva	

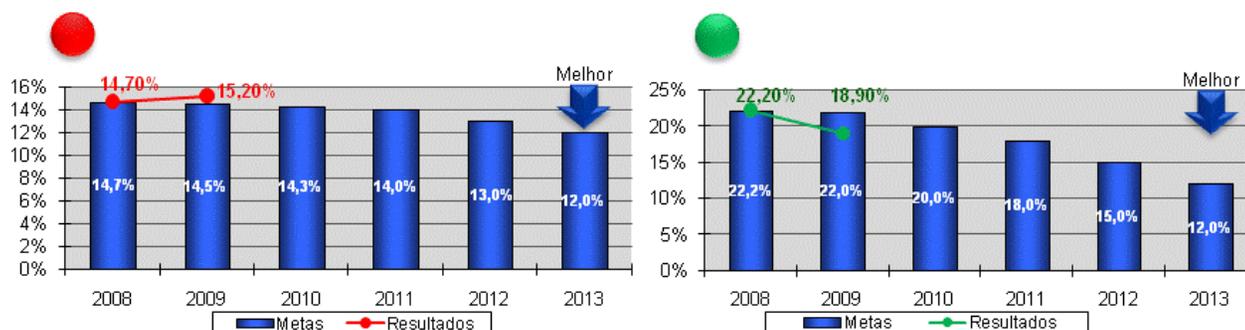
Em 2008 (ano de referência) a taxa de 80% foi calculada de forma estimada pela Corregedoria Regional. A partir do segundo semestre de 2008, o Sistema APT passou a controlar o índice de sentenças líquidas, razão pela qual não se pode efetuar comparações com os dados desse ano no 1º Grau. Em todo caso, o índice de 71,34% alcançado em 2009, representa 83,92% da meta estabelecida para o período. Nesse sentido, recomenda-se intensificar o apoio nas Varas cujo índice de decisões líquidas ficaram abaixo da meta de 85%. Merece destaque o excelente resultado alcançado no 2º Grau, visto que em 2008 (ano de referência), apenas 01 gabinete prolataba acórdãos líquidos. Em 2009, 03 gabinetes passaram a liquidar os acórdãos, o que elevou o índice de 1,52% (2008) para 13,9% (2009), quase o triplo da meta estabelecida para o período (5%). Recomenda-se intensificar as ações de treinamento do JurisCalc e o apoio aos 17 gabinetes que ainda não adotam essa prática.





## Racionalizar e simplificar os procedimentos de modo a tornar efetiva a execução

**Meta 6: Reduzir para 12% a taxa de congestionamento na fase de conhecimento, em 1º e 2º grau, até dezembro de 2013.**



INICIA TIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Manual de Procedimentos Judiciais	Presid/Corregedoria	Des. Herbert Tadeu Pereira de Matos	●
Uniformização de Jurisprudência	Comissão (Pleno)	Desa. Odete de Almeida Alves	●
Banco Indexado de Acórdãos	SETI/TURMAS/ PLENO	Narlicelma Sobral Santos Ramos	●
Sustentação Oral a Distância (e-SOD)	SETI	Théo Carlos Flexa Ribeiro Pires	●

No **1º grau**, houve um leve crescimento de 0,5% no congestionamento, demonstrando uma elevação no saldo residual das Varas. Recomenda-se um trabalho de apoio nas 13 Varas que não alcançaram a meta de 14,5% no período. No **2º grau**, o resultado foi positivo, uma vez que a queda de 3,3% na taxa de congestionamento demonstra que houve uma diminuição do resíduo acumulado, ou seja, o quantitativo de processos julgados foi maior do que o quantitativo de processos recebidos no período. A meta foi superada, antecipando o resultado estimado para 2011.





## Racionalizar e simplificar os procedimentos de modo a tornar efetiva a execução



**Meta 7: Reduzir para 120 dias o prazo médio de tramitação das ações submetidas ao rito ordinário na fase de conhecimento, em 1º e 2º Grau, até dezembro de 2013.**



INICIATIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Projeto TRT On Line	Presidência	Cristina Gemaque	●
Manual de Procedimentos Judiciais	Presid/Corregedoria	Des. Herbert Tadeu P.de Matos	●
Uniformização de Jurisprudência	Comissão (Pleno)	Des. Odete de Almeida Alves	●
Sistema de Informações Gerenciais	APG/SETI	Rodopiano Rocha da Silva Neto	●

O indicador mede o número de dias entre o ajuizamento da ação e a publicação do acórdão na fase de conhecimento (RO). Nominalmente, esse prazo aumentou aproximadamente 15 dias em relação a 2008. A maior alta ocorreu no 2º Grau (12 dias). Recomenda-se segmentar esse indicador para identificar as etapas com maior impacto na elevação do prazo médio, assim como priorizar as iniciativas relacionadas à meta.

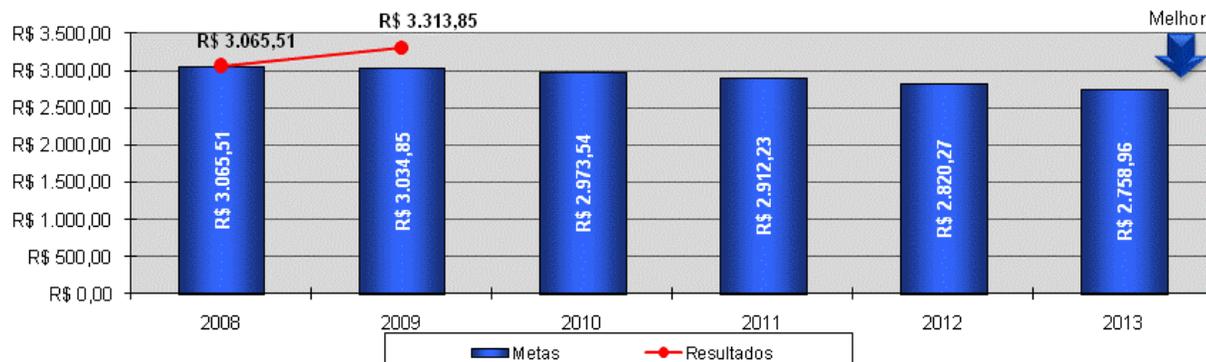




## Racionalizar e simplificar os procedimentos de modo a tornar efetiva a execução



**Meta 8: Reduzir em 10% o custo do processo judicial, até dezembro de 2013**



INICIATIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Sistema de Avaliação de Custos	SACI/SETI	Marilson Oliveira da Silva	

*Ao invés de redução, houve um aumento de 1,08% no custo do processo judicial. Recomenda-se identificar as causas da queda das receitas provenientes da prestação jurisdicional, sobretudo IR e INSS. Também há necessidade de se implementar os mecanismos de otimização dos recursos orçamentários previstos no indicador, quais sejam: economia na renegociação de contratos, redução do consumo per capita com energia, telefone, papel, água e combustível, dentre outros. O aumento da produção de julgados também exerce forte impacto nesse indicador.*

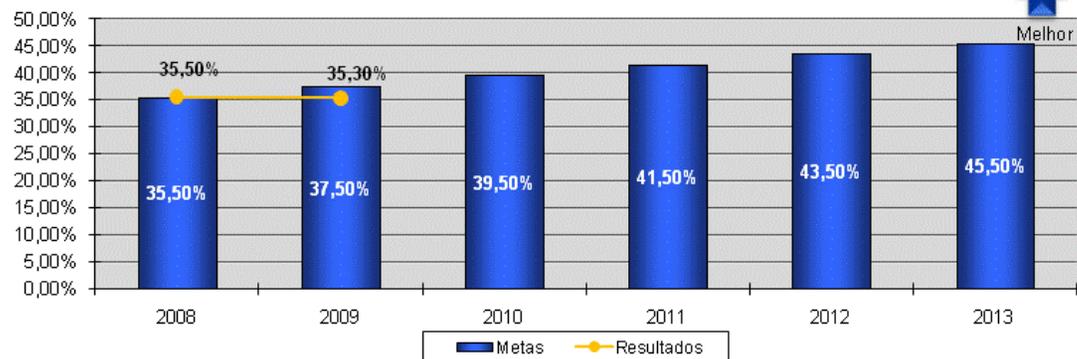




## Racionalizar e simplificar os procedimentos de modo a tornar efetiva a execução



### Meta 9: Elevar em 10% a taxa de processos efetivamente solucionados, até dezembro de 2013



INICIATIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Sistema de Informações Gerenciais	APG/SETI	Rodopiano Rocha da Silva Neto	●
Inventário dos Processos Judiciais	Presid/Corregedoria	Maridalva Quadros de Sá	●

O indicador avalia a efetividade das decisões judiciais por meio da relação entre o total de processos com execução finda no ano (excluídas as certidões de crédito), sobre o total de processos em execução. Em 2009, essa relação manteve-se praticamente estável nos 35%. O protesto das certidões de crédito e a conseqüente redução do montante de processos em arquivo provisório (verificar se entra no total da execução) poderão elevar essa taxa de efetividade nos próximos anos.





## Implementar políticas para tornar efetiva a atividade meio

**Meta 10: Reduzir em 25% o prazo médio de tramitação do processo administrativo, até dezembro de 2013.**

Melhor



INICIATIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Processo Administrativo Eletrônico	SACI/APG/SETI	Marco Aurélio F. idelis Rêgo	
Núcleo de Racionalização de Processos	PRESIDÊNCIA	Rodopiano Rocha da Silva Neto	
Manual de Processos Administrativos	SACI	Marilson Oliveira da Silva	

*O cumprimento da meta e a própria mensuração do indicador ficaram prejudicados em função dos atrasos na implantação do processo administrativo eletrônico, regulamentado pela Resolução n.º 390/2009. As três iniciativas da meta devem funcionar de forma integrada e sistematizada (racionalização, automatização e documentação), razão pela qual recomenda-se a implantação do Sistema TPA Virtual, que é o meio eletrônico para requerimento, atuação, tramitação, consulta e prática de atos administrativos no âmbito da 8ª Região, tendo em vista que essa medida também dará cumprimento à meta nacional n.º 10.*





## Implementar políticas para tornar efetiva a atividade meio

**Meta 11: Reduzir em 20% o custo do processo administrativo, até dezembro de 2013.**

Melhor



INICIA TIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Sistema de Avaliação de Custos	SACI/SETI	Marilson Oliveira da Silva	●
Sistema de Informações Gerenciais	APG/SETI	Rodopiano Rocha da Silva Neto	●
Processo Administrativo Eletrônico	SACI/APG/SETI	Marco Aurélio Fi delis Rêgo	●
Núcleo de Racionalização de Processos	PRESIDÊNCIA	Rodopiano Rocha da Silva Neto	●

A mensuração do custo do processo administrativo depende da implantação do sistema de avaliação de custos.

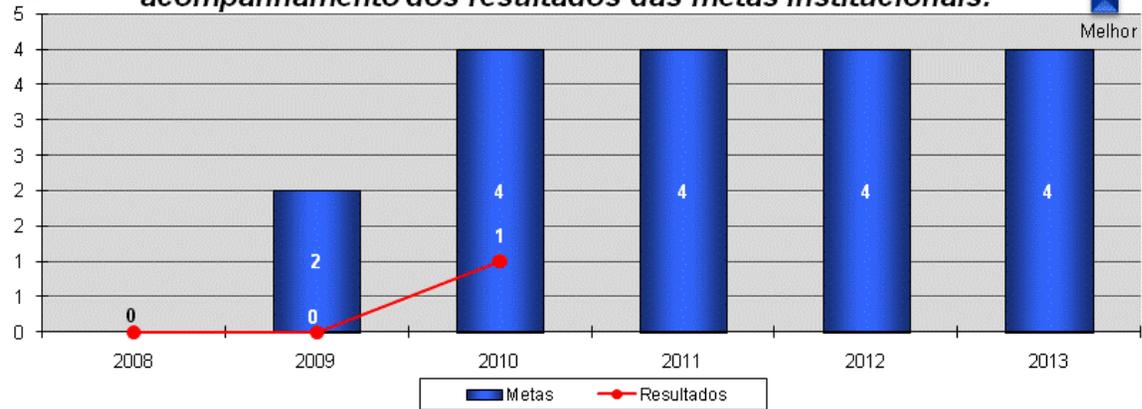




### Implementar políticas para tornar efetiva a atividade meio



#### Meta 12: Realizar reuniões de análise da estratégia para acompanhamento dos resultados das metas institucionais.



INICIATIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Metodologia de RAE	SGP/APG	Rodopiano Rocha da Silva Neto	

A demora na aprovação do sistema de gestão do planejamento estratégico (Portaria GP n.º ..., alterada pela Portaria GP n.º ...) inviabilizou a realização das RAEs em 2009. Para 2010, já estão agendadas as 4 reuniões para os meses de março, junho, setembro e novembro, sem prejuízo das reuniões temáticas, de periodicidade mensal ou bimensal.





## ||| Perspectiva do **Aprendizado e Crescimento**

**Tema:**

- Infraestrutura e Tecnologia

**Coordenador:**

- Des. Marcus Augusto Losada Maia

**Objetivo Estratégico:**

- Intensificar o uso integrado da tecnologia da informação e comunicação

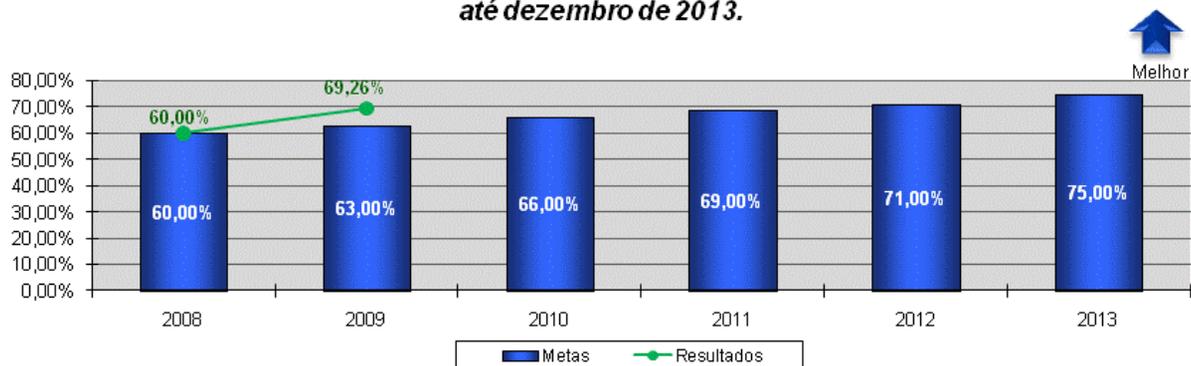




**Intensificar o uso integrado da tecnologia da informação e comunicação.**



**Meta 13: Alcançar 75% de satisfação com os sistemas corporativos, até dezembro de 2013.**



INICIATIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Plano Estratégico de Tecnologia da Informação	SETI	Théo Carlos Flexa R.Pires	

*Esse indicador é mensurado desde 2007, quando a avaliação ficou em apenas 56,59%, subindo para 60% em 2008. Em 2009, o indicador alcançou a marca de 69,26%, superando em quase 10% a meta estabelecida. Contudo, recomenda-se elaborar o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, alinhado ao planejamento institucional, tendo em vista o disposto na Resolução CNJ n.º 99/2009. De acordo com os termos da Resolução, o Plano deve ser aprovado pelo Pleno até 31.03.2010.*





**Intensificar o uso integrado da tecnologia da informação e comunicação.**

**Meta 14: Garantir 99% de disponibilidade dos sistemas essenciais de tecnologia da informação, até dezembro de 2013**



INICIA TIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Plano de Segurança da Informação	Comitê de Segurança /SETI	Théo Carlos Flexa Ribeiro Pires	●

*Esse indicador ainda não foi mensurado, tendo em vista a necessidade de aquisição de software específico para essa finalidade. Vale ressaltar que a alta disponibilidade dos sistemas é pressuposto para a implantação do processo eletrônico (administrativo e judicial). Nesse sentido, recomenda-se desenvolver e implementar Plano Segurança da Informação, a partir das diretrizes estabelecidas pela Política de Segurança Institucional (Resolução TRT8 n.º 289/2008), observadas as recomendações do TCU sobre o tema, especialmente as constantes do Acórdão 1603/2008-Plenário.*





**Intensificar o uso integrado da tecnologia da informação e comunicação.**

**Meta 15: Garantir 100% de integração dos sistemas essenciais de tecnologia da informação, até dezembro de 2013.**



INICIATIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Plano de Integração dos Sistemas Corporativos	SINFOR	Marco Aurélio Fidelis Rego	●
Projeto Mentorh	SRH/SETI	Alvaro José da Silva Rôlo	●

Indicador não disponível, tendo em vista a necessidade de mapear o nível de integração dos atuais sistemas corporativos, quais sejam: MentoRH, APT1, APT2, SIGMA, TPA, PAS, JurisCalc, Sistema de Liquidação Eletrônica; Sistema de Leilão, Sistema de Ordem de Serviço, Sistema de Administração de Usuário e Sistema de Concurso de Magistrado. Recomenda-se elaborar o Plano de Integração dos Sistemas Corporativos e concluir a implementação do MentoRH, iniciativa que deverá racionalizar cerca de 80% dos processos de trabalho da SRH.





## ||| Perspectiva do **Aprendizado e Crescimento**

### Tema:

- Alinhamento, Integração e Atuação Institucional

### Coordenador:

- Des. Herbert Tadeu Pereira de Matos

### Objetivo Estratégico:

- Desenvolver e promover políticas permanentes de ampliação e melhoria dos processos de comunicação interna e externa

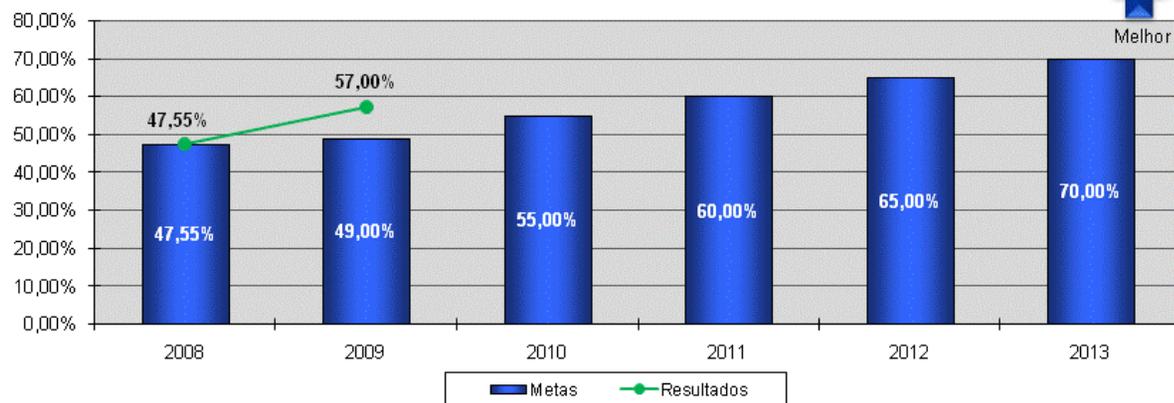




**Desenvolver e promover políticas permanentes de ampliação e melhoria dos processos de comunicação interna e externa.**



**Meta 16: Alcançar 70% de satisfação com a comunicação interna, até dezembro de 2013.**



Melhor

INICIA TIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Plano Anual de Comunicação	ASCOM	Elane Magno C.da Silva	

Houve uma significativa melhora na percepção de magistrados e servidores acerca da comunicação interna, visto que o índice aferido em 2009 (57%) superou a meta estabelecida para 2010. Contudo, ainda é bastante elevada a insatisfação com os atuais canais de comunicação. Recomenda-se priorizar a elaboração do Plano de Comunicação alinhado ao planejamento estratégico, nos moldes definidos nas Políticas de Comunicação Institucional (Resolução TRT8 n.º 410/2008) e Nacional (Resolução CNJ n.º 85/2009)





**Desenvolver e promover políticas permanentes de ampliação e melhoria dos processos de comunicação interna e externa.**



**Meta 17: Alcançar 80% de satisfação dos usuários com os serviços do tribunal, até dezembro de 2013.**



INICIA TIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Comitê Gestor do Portal	DG/SGP/SETI/ ASCOM/APG	Marcolina Paiva Amoêdo	●
Ouvidoria Regional	Presid/Ouvidoria	Des. Luis José de Jesus Ribeiro	●

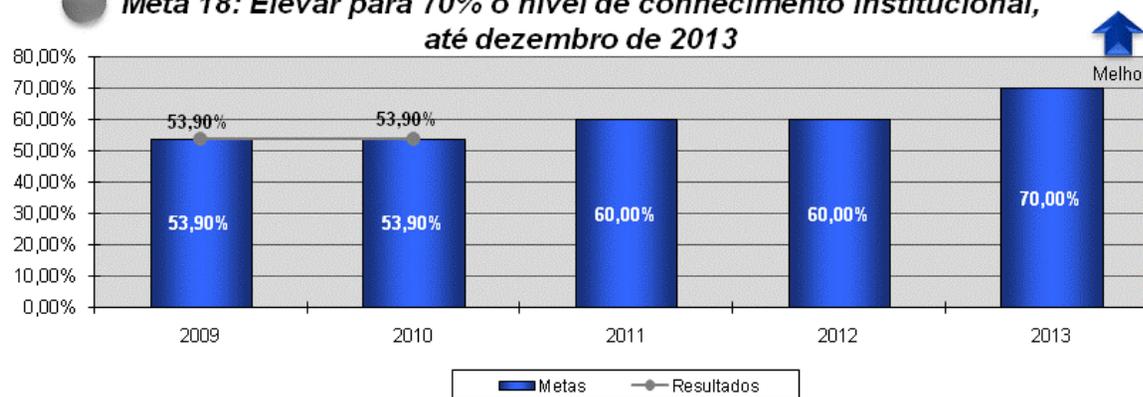
*A expressiva queda nesse indicador está diretamente relacionada à avaliação negativa do site do Tribunal, o que comprova a necessidade das mudanças já evidenciadas nas pesquisas anteriores realizadas em 2007 e 2008. Outro fator relevante para a queda desse indicador foi a avaliação do TRT On line, também muito abaixo da obtida em avaliações anteriores. Recomenda-se priorizar o desenvolvimento do novo portal, bem como identificar eventuais mudanças de procedimentos que possam estar afetando a avaliação do serviço TRT Online.*





**Desenvolver e promover políticas permanentes de ampliação e melhoria dos processos de comunicação interna e externa.**

**Meta 18: Elevar para 70% o nível de conhecimento institucional, até dezembro de 2013**



INICIA TIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Projeto TRT na Escola	SGP/ASCOM	Antonio Sérgio P.dos Santos	●
Projeto TRT na Mídia	SGP/ASCOM	Elane Magno Coelho da Silva	●

A pesquisa foi realizada em junho de 2009, com 600 entrevistas na Região Metropolitana de Belém (margem de erro de 3,5% e confiabilidade de 95%). O índice de 53,9% justifica a necessidade de criar novas estratégias a fim de incrementar a visibilidade dos serviços que o TRT8 oferece. Outro importante subsídio trazido pela pesquisa foi o grande interesse da população (69%) em receber informações sobre a Justiça de Trabalho, mais especificamente sobre os direitos do trabalhador, principalmente entre os jovens (14-19 anos) e as classes C e D, preferencialmente por meio da mídia (TV, internet, jornais). Recomenda-se priorizar as iniciativas relacionadas à meta.

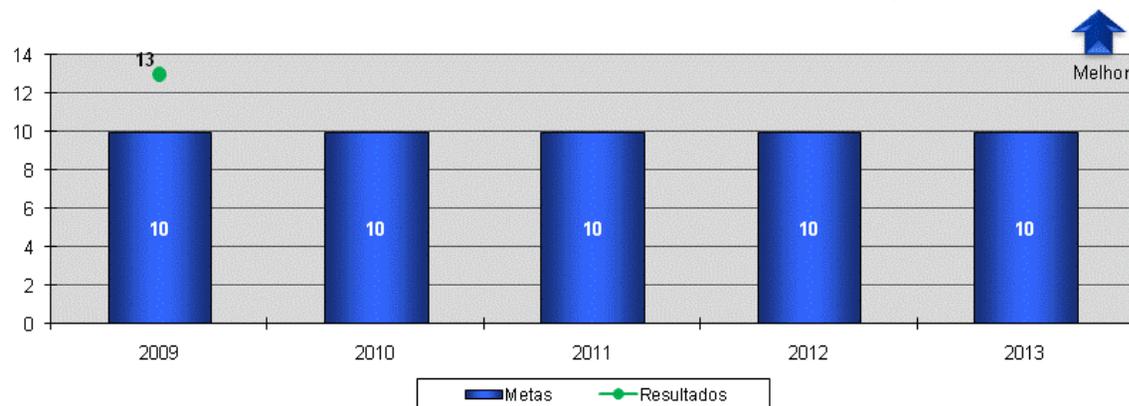




**Desenvolver e promover políticas permanentes de ampliação e melhoria dos processos de comunicação interna e externa.**



**Meta 19: Realizar 10 parcerias institucionais, em média, por ano.**



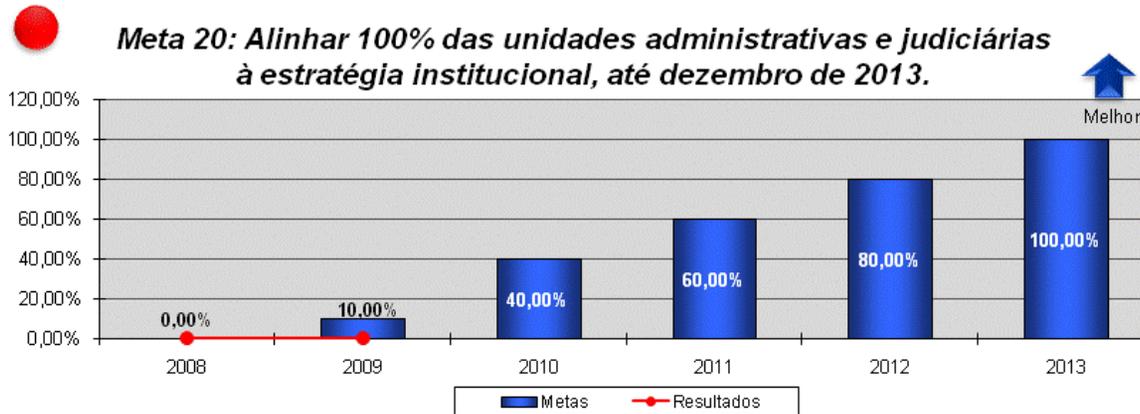
INICIA TIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Projeto Cooperar	Presidência	Marcolina Paiva Amoedo	

*Em 2013, o número de parcerias firmadas superou a meta estabelecida. Recomenda-se priorizar o Projeto Cooperar, que objetiva fortalecer a integração entre os Poderes e desenvolver parcerias com setores e instituições para viabilizar o acesso à justiça e ao cumprimento das decisões judiciais, bem como estimular a responsabilidade socioambiental, a qualidade de vida e a capacitação de magistrados e servidores.*





**Desenvolver e promover políticas permanentes de ampliação e melhoria dos processos de comunicação interna e externa.**



INICIA TIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Gestão Estratégica	SGP/APG	Rodopiano Rocha da Silva Neto	●
Núcleo de Projetos	Presidência	Rodopiano Rocha da Silva Neto	●
Novo Regulamento dos Serviços Auxiliares	Presidência	Maria Lúcia de Miranda Álvares	●
Programa de Excelência Gerencial	SGP/APG	Rodopiano Rocha da S. Neto	●

*Em 2009, o cumprimento da metas restou prejudicado em função de que o sistema de gestão só foi aprovado no mês de novembro. Para 2010, foi proposto um calendário de alinhamento que deverá coincidir com os treinamentos sobre planejamento estratégico aos gestores. Também já está sendo finalizado o modelo de desdobramento da estratégia para a Varas do Trabalho. Recomenda-se priorizar as iniciativas estratégicas relacionadas à meta.*

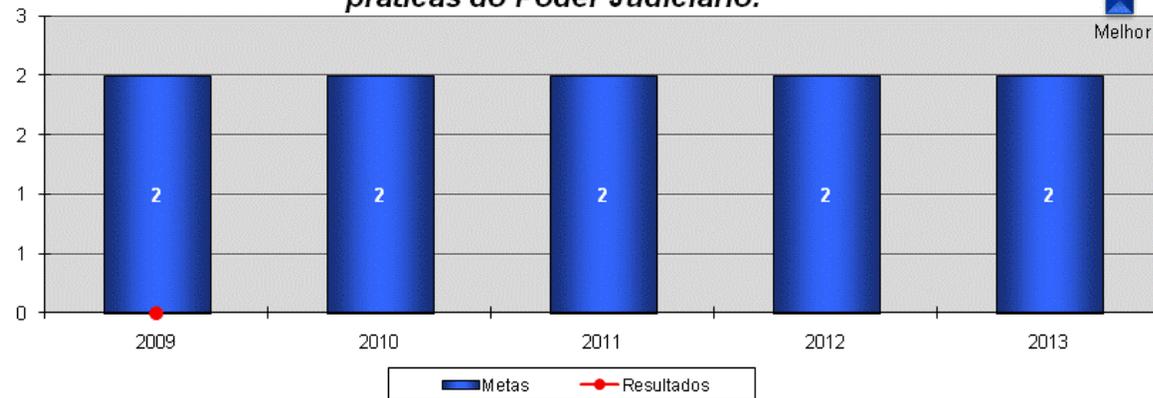




**Desenvolver e promover políticas permanentes de ampliação e melhoria dos processos de comunicação interna e externa.**



**Meta 21: Publicar anualmente 2 ações, em média, no banco de boas práticas do Poder Judiciário.**



INICIA TIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Mostra Anual de Boas Práticas	PRESIDÊNCIA	Rodopiano Rocha da S.Netto	

No ano de 2009, nenhuma ação foi encaminhada para publicação no Banco de Boas Práticas do Poder Judiciário, criado pela Resolução CNJ n.º 70/2009. Dentre as práticas a serem encaminhadas este ano, cujos resultados já foram comprovados, destacamos: o modelo de gestão da Central de Mandados de Belém, o JurisCalc, a autuação de recursos pelas Varas, o Processo Judicial Liquidado (TRT Online), e o TRT Ambiental. Recomenda-se criar o banco de boas práticas da 8ª Região, cujas melhores práticas serão premiadas nas mostras anuais.





## || Perspectiva do **Aprendizado e Crescimento**

**Tema:**

- Alinhamento, Integração e Atuação Institucional

**Coordenador:**

- Des. Odete de Almeida Alves

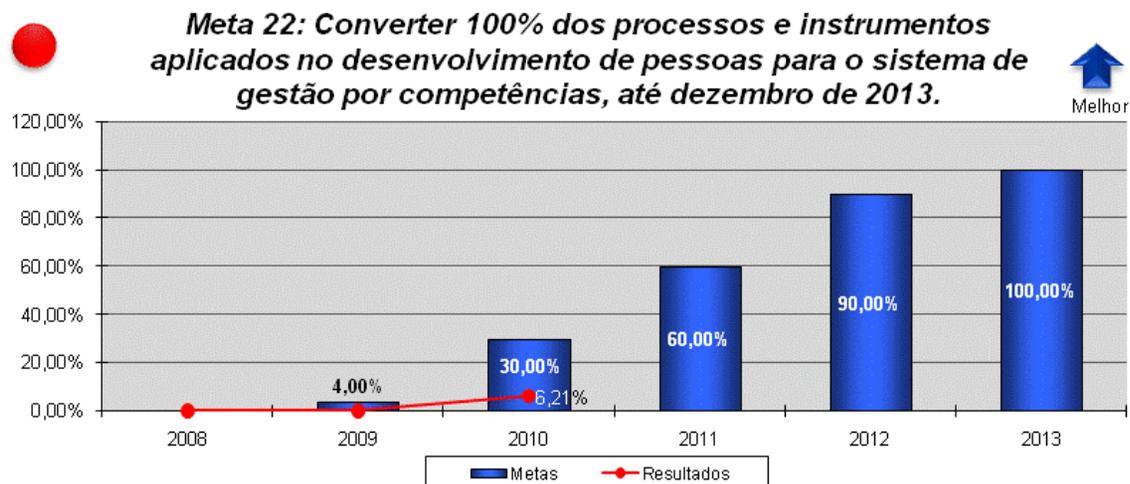
**Objetivo Estratégico:**

- Criar e implementar política de gestão de pessoas fundamentada nos princípios constitucionais, com ênfase na dignidade da pessoa humana.





**Criar e implementar política de gestão de pessoas fundamentada nos princípios constitucionais, com ênfase na dignidade da pessoa humana.**



INICIATIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Sistema de Gestão por Competência	SRH/ECAISS	Antonio José Coelho Silva	●
Avaliação de Desempenho com Foco em Competência	SRH/ECAISS/APG	Alvaro José da Silva Rôlo	●

*Em função de atrasos na execução do projeto, a meta estabelecida para 2009 só foi concluída em fevereiro de 2010, com o mapeamento e a avaliação das competências técnicas e comportamentais de 64 gestores, elevando o índice de conversão para 6,21%, considerando o quadro efetivo total de 1.031 servidores, cerca de 300 servidores deverão ter suas competências técnicas e comportamentais mapeadas para efeito de cumprimento da meta. Recomenda-se priorizar a implantação dessas iniciativas, que são a base para a perfeita execução da estratégia institucional.*

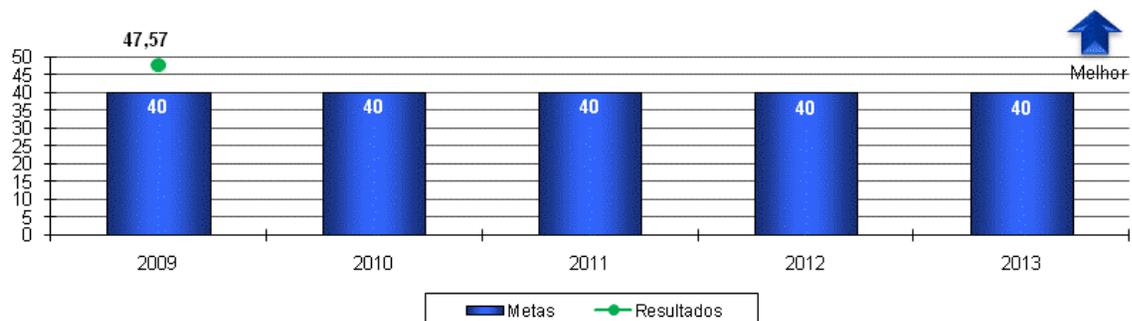




**Criar e implementar política de gestão de pessoas fundamentada nos princípios constitucionais, com ênfase na dignidade da pessoa humana.**



**Meta 23: Treinar 40h/magistrados e servidores, em média, por ano.**



INICIA TIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Plano Anual de Capacitação de Servidores	SRH/ECAISS	Antonio José Coelho Silva	●
Programa Permanente de Capacitação de Magistrados	EJUD	Des. Sulamir Palmeira Monassa de Almeida	●
Projeto <i>Campus Virtual</i>	SRH/ECAISS	Helineyde Costa de Sousa	●

*A meta só foi alcançada em função da elevada carga horária por magistrado, que ficou em 66,27h. Para os servidores, a média da carga horária foi de apenas 28,87h, bem abaixo da meta estabelecida (40h). Vale ressaltar que esse índice deve-se à baixa participação de servidores nos cursos e não em função da oferta de vagas. O alcance da capacitação correspondeu a apenas 62% do total de servidores do quadro, razão pela qual recomenda-se estimular a participação dos gestores na indicação dos servidores para as ações de treinamento. O Campus Virtual também precisa ampliar a oferta de cursos.*





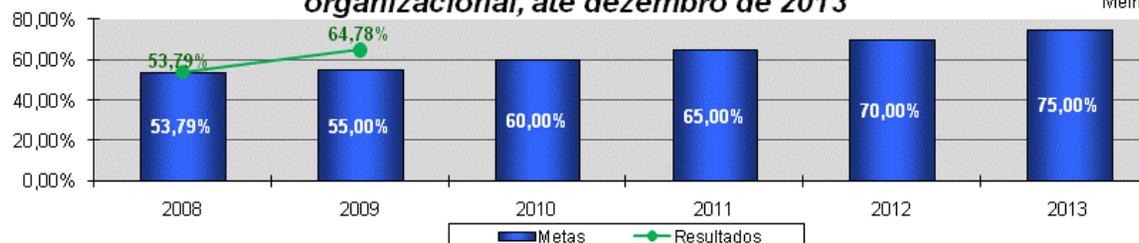
**Criar e implementar política de gestão de pessoas fundamentada nos princípios constitucionais, com ênfase na dignidade da pessoa humana.**



**Meta 24: Alcançar 75% de avaliação positiva do clima organizacional, até dezembro de 2013**



Melhor



INICIATIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Programa de Qualidade de Vida	Comissão de Qualidade de Vida	Juíza Paula Maria Pereira Soares	●
Processo Seletivo Interno	Presidência	Antonio José Coelho Silva	●
Sistema de Concurso de Remoção <i>On Line</i>	SRH/SETI/APG	Alvaro José da Silva Rêlo	●
Teletrabalho	Presidência	Maria Lúcia de Miranda Alvares	●
Auto-Atendimento de Recursos Humanos	SRH	Alvaro José da Silva Rêlo	●
Ampliação do Edifício Sede	DG/SA/BOSE	Alexandre Henriques Van Dijk Vergolino	●

Esse indicador reflete a média das avaliações positivas das seguintes perspectivas: conhecimento do TRT administração, infra-estrutura, relacionamento interpessoal, qualidade, motivação e comunicação. Nesse sentido, essa meta é fundamental para avaliar o alcance da visão de futuro da instituição, relativamente ao ambiente de trabalho. Em 2009, a avaliação do clima alcançou seu maior patamar desde que as pesquisas começaram a ser realizadas (61,29% em 2007 e 53,79% em 2008), mas ainda bem distante da meta estabelecida para 2013 (75%). Recomenda-se priorizar as iniciativas relacionadas à meta, sobretudo o programa de qualidade de vida, o processo seletivo interno e o sistema de remoção, principais demandas evidenciadas na pesquisa.

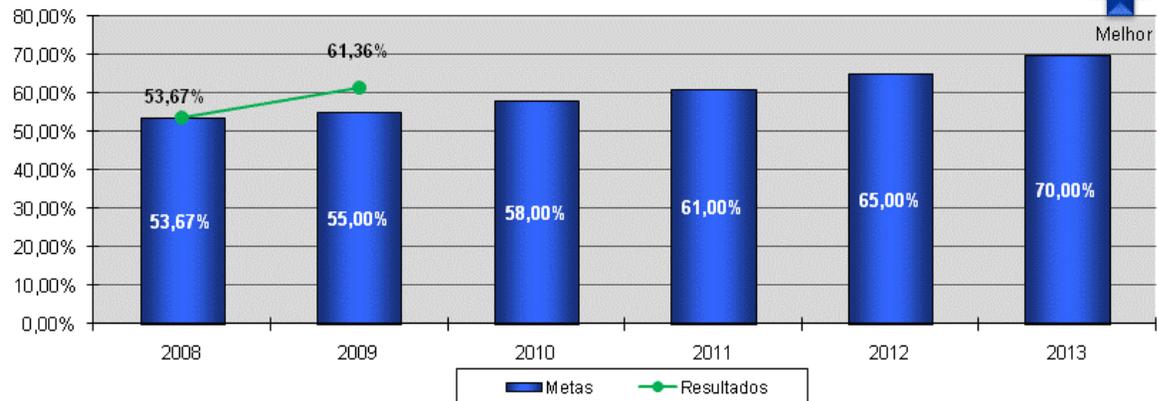




**Criar e implementar política de gestão de pessoas fundamentada nos princípios constitucionais, com ênfase na dignidade da pessoa humana.**



**Meta 25: Elevar para 70% o nível de comprometimento e motivação de magistrados e servidores, até dezembro de 2013**



INICIA TIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Programa de Reconhecimento e Valorização	Comissão de Valorização	Des. Georgenor de Sousa Franco Filho	

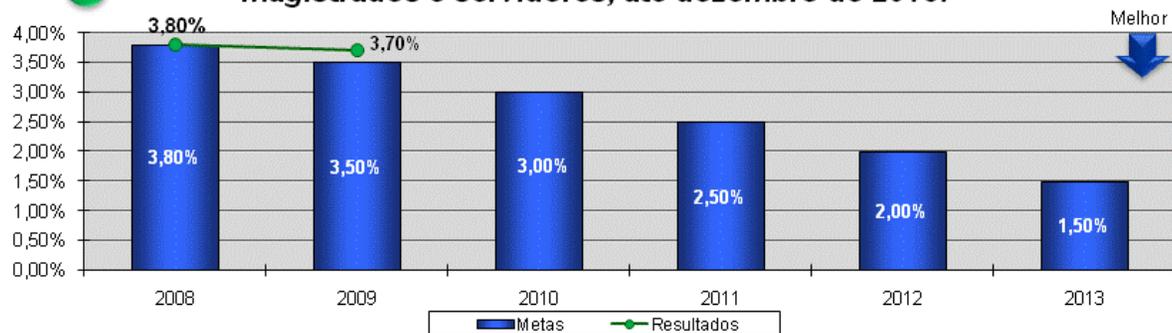
Houve um expressivo crescimento da taxa de motivação. Contudo, a meta só foi alcançada em função do índice dos servidores, que alcançou 68,39%, contra 54,34% dos magistrados. O principal fator de desmotivação dos magistrados tem sido a falta de reconhecimento pelo empenho em realizar o trabalho e alcançar metas, razão pela qual recomenda-se priorizar a iniciativa relacionada à meta.





**Criar e implementar política de gestão de pessoas fundamentada nos princípios constitucionais, com ênfase na dignidade da pessoa humana.**

**Meta 26: Reduzir para 1,5% o índice de absenteísmo de magistrados e servidores, até dezembro de 2013.**



INICIA TIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Programa de prevenção de Riscos Ambientais	SRH/SIS/Comissão Ambiental/Comitê Segurança	Norberto Lavareda Santos	●
Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional	SRH/SIS	Alberto Steven Skelding Pinheiro	●
Reestruturação do Plano Assistência-Saúde	Comissão PAS/Comissão Qualidade Vida/SRH/SIS	George Rocha Pitman Junior	●

O índice de absenteísmo ficou bem próximo da meta estabelecida para 2009 (3,50%). Contudo, o indicador precisa ser aperfeiçoado para estratificar o absenteísmo por magistrado e por servidor, bem como indicar os principais motivos de afastamentos. Recomenda-se priorizar a implantação do PPRA, instrumento que subsidiará a elaboração do PCMSO.





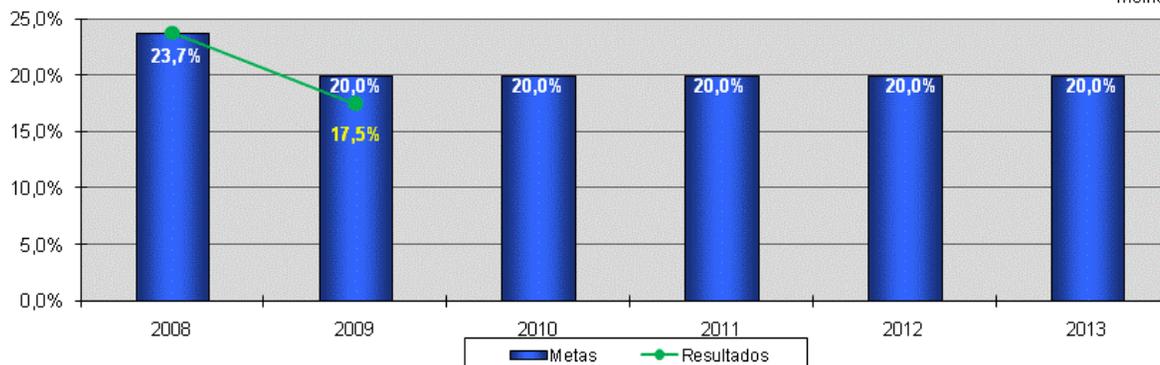
**Criar e implementar política de gestão de pessoas fundamentada nos princípios constitucionais, com ênfase na dignidade da pessoa humana.**



**Meta 27: Reduzir a rotatividade de pessoal para 20% do quadro, até dezembro de 2013**



Melhor



INICIATIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Padronização da Lotação	Presidência	Alvaro José da Silva Rêlo	●
Ampliação do Quadro de Pessoal	Presidência	George Rocha Pitman Junior	●

A meta prevê uma estabilização na rotatividade de pessoal para 20% do quadro até 2013 (necessidade de ajustar a trajetória da meta, fixando-a em 20%). Contudo, esse patamar foi superado já em 2009, tendo em vista que a rotatividade caiu de 23,73% para 17,50%. Sugere-se identificar as causas dessa rotatividade, sobretudo em relação aos servidores à disposição de outras unidades, visto ser esse o dado com maior impacto no indicador. Para estabilizar a rotatividade ao longo do tempo, é fundamental padronizar a lotação das unidades por meio de critérios objetivos.

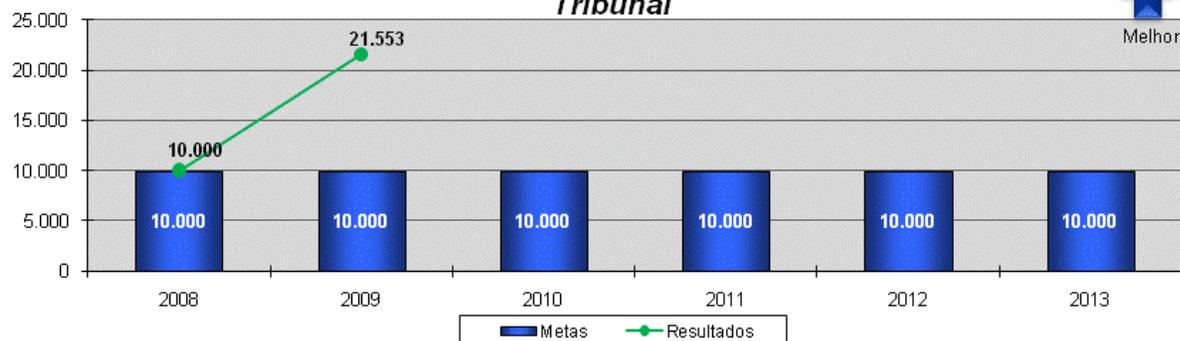




**Criar e implementar política de gestão de pessoas fundamentada nos princípios constitucionais, com ênfase na dignidade da pessoa humana.**



**Meta 28: Beneficiar, anualmente, no mínimo 10.000 pessoas com as ações de responsabilidade socioambiental promovidas pelo Tribunal**



INICIATIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Projeto Justiça Solidária	SGP/ASCOM	Marcolina Paiva Amoêdo	●
Programa de Voluntário	ECAISS	Antonio José Coelho Silva	●
Programa TRT Ambiental	Comissão Ambiental	Juíza Érika Moreira Bechara	●

O número de pessoas beneficiadas em 2009 foi superior ao dobro da meta estabelecida. Dentre as ações com maior impacto, destacam-se as 10.422 pessoas beneficiadas com os serviços do TRE, DRT, SINE e DETRAN, localizados na Área da Cidadania; além das 6.000 pessoas pelo Justiça Solidária em Belém e 3.000 em Marabá. Contudo, existem iniciativas com grande potencial mas que ainda são pouco utilizadas, como é o caso do Programa de Voluntariado (Resolução TRT8 n.º 14/2008), que em 2009 registrou a participação de apenas 2 voluntários. Recomenda-se ampliar a meta para torná-la mais desafiadora, além de priorizar a efetiva implantação do Programa de Voluntariado.





# Perspectiva da Gestão Orçamentária e Financeira

Tema:

- Orçamento

Coordenador:

- Desa. Graziela Leite Colares

Objetivo Estratégico:

- Vincular a elaboração e a execução do orçamento às políticas do Tribunal





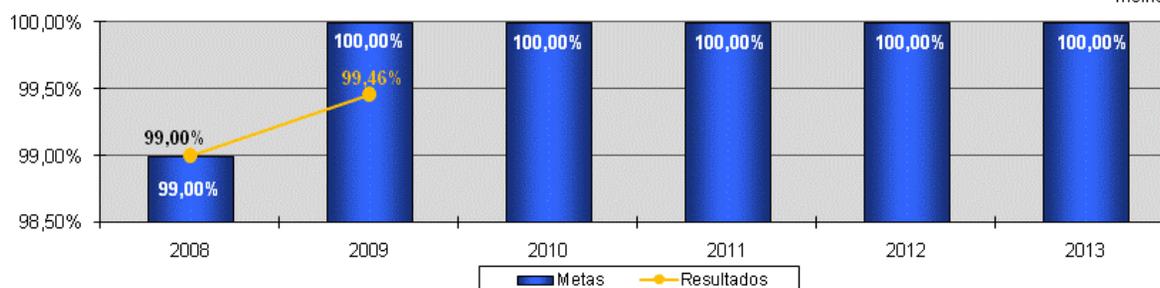
## Vincular a elaboração e a execução do orçamento às políticas do Tribunal



**Meta 29: Alcançar 100% de aplicação dos recursos orçamentários estratégicos ao final de cada exercício.**



Melhor



INICIA TIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Gestão Orçamentária	DG/SA/SEFO/SACI	George Rocha Pitman Junior	●
SIAFI Gerencial	SA/SEFO/SACI	Valdenor Monteiro Brito	●
Plano de Contingência da Despesa	DG/SA/SEFO/SACI	Norma Cristina Diniz Barroso	●
Plano Plurianual de Auditorias	SACI	Marilson Oliveira da Silva	●
Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais	SA/SMP/SEFO	Márcio Cledson Fernandes	●

Apesar da melhora em relação a 2008, fruto do acompanhamento sistemático da execução orçamentária, o índice ainda ficou 0,54% abaixo da meta. Recomenda-se priorizar as iniciativas estratégicas relacionadas à meta, sobretudo a Gestão Orçamentária, que consiste em desenvolver uma metodologia de gestão do orçamento para assegurar sua integral execução, observado o que dispõe o art. 2º, §§ 3º e 4º, da Resolução CNJ n.º 70/2009.

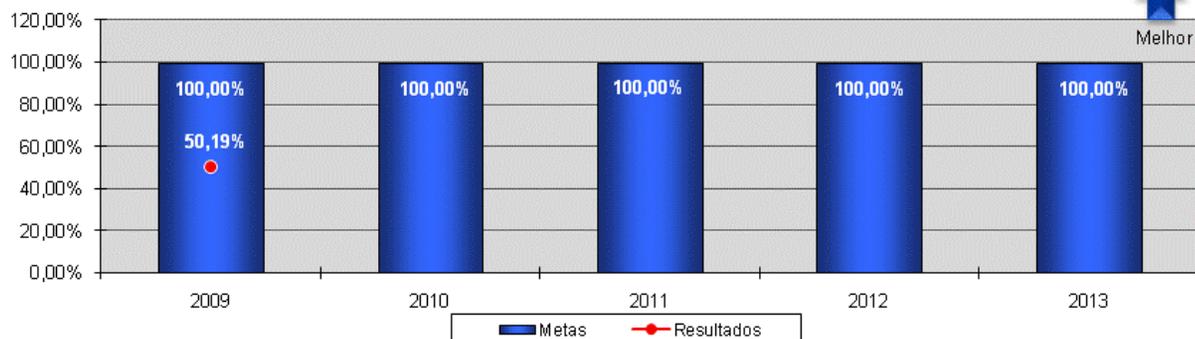




## Vincular a elaboração e a execução do orçamento às políticas do Tribunal



**Meta 30: Alcançar 100% de aplicação dos recursos orçamentários estratégicos ao final de cada exercício.**



INICIATIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Banco de Projetos	DG	Neide Teles Sirotheau da Fonseca	●
Compras Públicas Sustentáveis	Comissão Ambiental	Rodopiano Rocha da Silva Neto	●

O indicador faz a relação entre o orçamento estratégico planejado e o executado (informática, capacitação e projetos). Segundo informações do SEFO, o índice ficou muito baixo em função dos projetos, pois o orçamento original para essa área foi R\$ 3.719.291,00, mas só foi realizado/empenhado R\$ 178.197,50. Já com a informática ocorreu o contrário, visto que o orçamento original foi de R\$ 1.760.824,00 e foi executado/empenhado R\$ 2.981.310,33 (crédito suplementar de R\$ 1.222.650,00). Outro fator que prejudicou o cumprimento da meta foi a capacitação, visto que foi executado apenas 73,72% do total orçado para a capacitação dos magistrados. Além da metodologia de gestão orçamentária, recomenda-se a criação de um banco de projetos para otimizar a execução do orçamento.

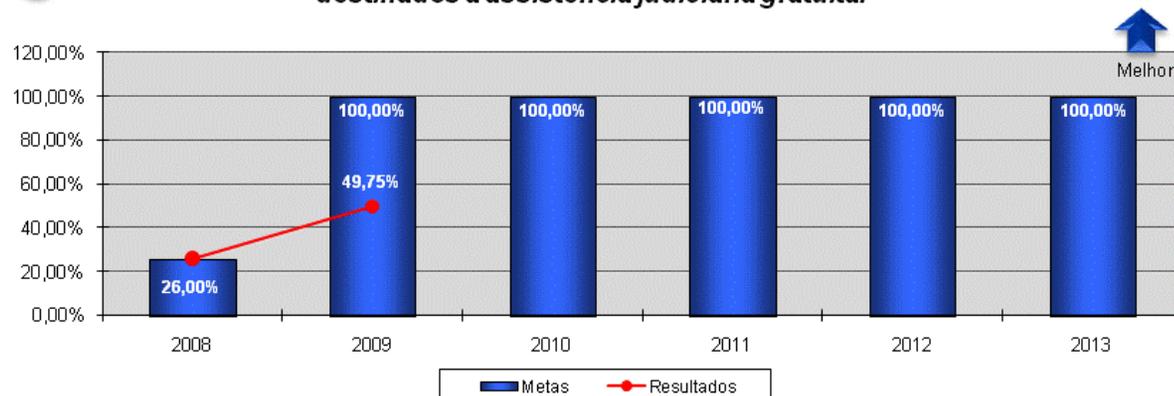




**Vincular a elaboração e a execução do orçamento às políticas do Tribunal**



**Meta 31: Alcançar 100% de aplicação dos recursos orçamentários destinados à assistência judiciária gratuita.**



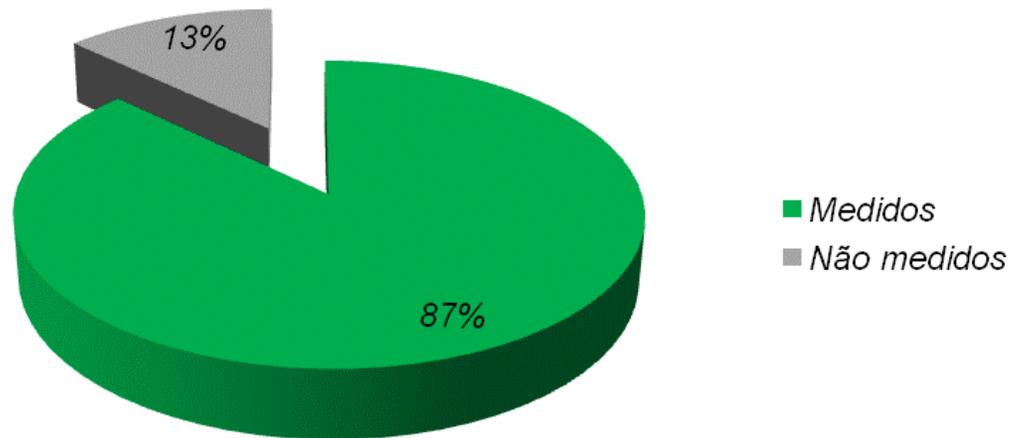
INICIA TIVAS	RESPONSÁVEL	GESTOR	SITUAÇÃO
Assistência Judiciária Gratuita	Presidência	Paulo André Pessoa	

O indicador mede o percentual executado no orçamento para a assistência judiciária gratuita em relação ao total destinado para esse fim. Em que pese a expressiva melhora em relação a 2008, a taxa execução de 2009 (49,75%) ficou bem distante da meta de execução integral. Recomenda-se priorizar a iniciativa relacionada, que objetiva celebrar convênio com a OAB e Universidades para, sem prejuízo de franquear-se o exercício do jus postulandi e do direito à reclamação verbal na Justiça do Trabalho, propiciar ao interessado assistência jurídica mediante módicos honorários advocatícios.





## Situação dos indicadores



**Indicadores não mensurados:** 1) Prazo médio de tramitação do processo administrativo; 2) Custo do processo administrativo; 3) Índice de disponibilidade dos sistemas essenciais de TI; e 4) Índice de integração de sistemas

